



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**Montenegro Cidade das Artes**



**RELATÓRIO DE REUNIÃO**

**Data:** 07.10.2013

**Proc. n.º:** 164 – SI 106/13

**Horário início:** 14h

**Término:** 15h

**Assunto:** reunião para tratar da possibilidade de disponibilização de radioterapia e quimioterapia no Hospital Montenegro–HM.

**Requerente:** Ver. Roberto Braatz.

**Convidados:** representantes dos municípios que compõem o Vale do Caí, do HM e da Secretaria Estadual da Saúde.

**Presentes:** Lista de Presenças anexa ao referido processo.

**Principais pontos Destacados:** Vereador Roberto Braatz (PDT) revelou que a reunião foi requerida em função da quantidade de casos de pacientes oncológicos do Município que precisam se deslocar diariamente para Porto Alegre ou São Leopoldo para realizar os procedimentos de radioterapia e quimioterapia. Salientou o desgaste físico gerado nas pessoas que dependem desse serviço, que já estão debilitadas pela doença, pelo tratamento, além dos custos ao erário público com o transporte. Além disso, mencionou que o trânsito é carrasco das pessoas, muito mais das pessoas doentes. Destacou que o objetivo do encontro era o de verificar a possibilidade técnica e de se existe vontade político-administrativa de implantar esse serviço em Montenegro. Carlos Batista da Silveira, Diretor Executivo do HM, ressaltou que não seria tão difícil conseguir o credenciamento para a quimioterapia, tendo em vista que a estrutura física necessária não é tão exigente. Mencionou que existe espaço para abrigar esse serviço, lembrando que o HM abrange um conjunto de 14 cidades e 160 mil habitantes, muitos dos quais são afetados por essas doenças. Quanto à radioterapia, assinalou se tratar de um processo mais complexo, mas que poderia ser posteriormente implementado. Apontou necessidade de se conversar com o gestor público municipal, pois a implementação de políticas públicas em saúde dependem do movimento inicial do mesmo. Manifestou que o HM é parceiro em criar um centro regional nessa área. Ponderou que o governo federal tem programas e verbas para compra de aceleradores de partículas para referenciar sistemas de radioterapia no Brasil inteiro. O médico Mário de Lucca explicou que o Ministério da Saúde, através da Lei n.º 8080/90, estratificou o Sistema Único de Saúde, com hierarquizações de competências nas esferas federal, estadual e municipal. A oncologia é denominada de alta complexidade, cuja prerrogativa de autorização de funcionamento é do governo federal. Os processos de abertura desses setores de alta complexidade em oncologia foram estratificados em unidades de oncologia e centros de oncologia. Os centros de oncologia seriam os centros mais complexos, atuando em todos os níveis da maior complexidade possível em tratamento de câncer. As unidades seriam menores, onde é possível fazer o tratamento de quimioterapia e de alguns casos de radioterapia. Revelou que o HM já se habilitou a isso, o processo foi aberto no final de agosto na Secretaria Estadual de Saúde, e que o Hospital já preencheu os requisitos que foram solicitados. Falta apenas o equipamento para manipulação da quimioterapia, uma capela, cujos valores são razoavelmente acessíveis. O oncologista não foi contratado ainda porque aguardam essa autorização. Ressaltou que, no momento, seria interessante a participação dos diversos entes da cidade para agilizar o processo de autorização. Disse que, em tese, a quimioterapia poderia ser implementada em muito pouco tempo na cidade, pois se trata de um procedimento via injeção endovenosa, que pode ser feita em ambiente ambulatorial. A radioterapia já é mais complexa, em função do valor



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTENEGRO**

**Montenegro Cidade das Artes**



elevado com a aquisição do equipamento necessário, além da necessidade de isolamento estrutural de proteção radiológica. Destacou que seria um grande avanço em termos de oferecer para a população um tratamento mais humano. Confirmou que o HM está estruturado para isso, faltando apenas o credenciamento. Secretária Municipal de Saúde, Elocy Garcia Rocha da Rosa, relatou o atendimento que é prestado ao Município para essas pessoas, reclamando dos problemas enfrentados no trânsito dos mesmos até essas cidades. Estimou em cerca de cem pacientes, alguns aguardando há trinta dias por atendimento. Relatou que a SMS está inclusive transportando pacientes à noite porque não estão sendo encontradas vagas durante o dia. Apontou necessidade de se ter esse trabalho na cidade. Carlos Batista sugeriu que fosse realizado um movimento regional com todos os secretários de saúde. Esclareceu que o processo já foi aberto na primeira coordenadoria, e que o médico Mário já fez todos os encaminhamentos. Propôs que esses secretários fossem chamados para uma reunião ou que se fosse até à Secretaria Estadual de Saúde expor a reivindicação. Vereador Braatz sugeriu que a Câmara fizesse esse chamamento envolvendo as próprias câmaras da região, como reforço político suprapartidário, bem como os secretários de saúde desses municípios. Mário destacou que cem pessoas é o número de pessoas que conseguem agendamento e atendimento pelo sistema, de modo que o número de pessoas é muito maior. Salientou que o momento no cenário nacional é muito favorável e propício, porque o governo federal está normatizando a obrigatoriedade de atendimento inicial em até sessenta dias. Na medida em que HM está estruturado, com profissionais, apontou que Montenegro tem uma vantagem nesse processo de consecução do credenciamento, podendo iniciar o atendimento num curto espaço de tempo. Elocy mencionou que, quanto mais perto da fase terminal, diminui a possibilidade de os pacientes da cidade serem atendidos em Porto Alegre, dando preferência para aqueles que estão no início do tratamento. Destacou que no HM seria um atendimento mais humano. Carlos Batista comentou que duas reuniões foram realizadas com integrantes da Secretaria de Saúde do estado, com presença de diretores de hospitais e secretários de saúde de São Sebastião do Caí, Barão, Salvador do Sul e Brochier, para debater a possibilidade de adequar o estado a portaria do Ministério da Saúde, que prevê implantação de unidades de cuidados prolongados para pacientes em estado terminal e pós-cirúrgicos com certa estabilidade clínica. Isso permitiria transferi-los para hospitais menores, liberando leitos no hospital referência, para o HM poder ampliar principalmente seu número de cirurgias. Cada um desses municípios poderia oferecer um mínimo de quinze leitos para instituir essa rede de unidades de cuidados prolongados.

**Encaminhamento:** Agendamento de reunião no dia 21 de outubro, às dezenove horas, com a presença de integrantes de secretarias de saúde e legislativos dos municípios de referência de Montenegro: Triunfo, Tabaí, Brochier, Maratá, São José do Sul, Salvador do Sul, Barão, São Pedro da Serra, São Sebastião do Caí, Capela de Santana, Harmonia, Tupandi e Pareci Novo; com convite ainda para os integrantes da Secretaria de Saúde do estado. *Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião.....*

**Ver. Roberto Braatz**

**Ver.<sup>a</sup> Rosemari Almeida  
Presidenta**